

Adriana Cansian

IX Fórum 19

A Responsabilidade dos Provedores de Internet no Brasil: Marco Civil, LGPD e outras Normas Aplicáveis



O Cenário Digital Brasileiro

- Crescente complexidade regulatória
- Provedores sujeitos a múltiplas leis e interpretações
- Expansão de responsabilidades legais e operacionais
- Aumento da judicialização de conflitos digitais

*Atuar como provedor hoje exige **leitura integrada do sistema normativo**.*

Objetivo da Apresentação

- Sistematizar os marcos regulatórios aplicáveis aos provedores
- Identificar convergências, sobreposições e lacunas
- Analisar impactos da atuação do STF sobre o art. 19 do MCI
- Indicar recomendações práticas de compliance e governança

Abordagem crítica, integrada e pragmática.

Marco Civil da Internet: Pilares Centrais

- Princípios:
 - liberdade de expressão
 - proteção da privacidade
 - neutralidade da rede
- Definição de papéis:
 - provedores de conexão
 - provedores de aplicação
- Artigo 19:
 - regime de responsabilidade por conteúdo de terceiros

Norma estruturante do uso da internet no Brasil.

LGPD e a Operação dos Provedores

- Provedores como:
 - controladores e/ou operadores de dados
- Obrigações centrais:
 - bases legais
 - segurança da informação
 - atendimento a titulares
- Incidência transversal:
 - logs
 - registros
 - dados cadastrais
 - dados de tráfego (nos limites legais)

A LGPD redefine fluxos operacionais e de governança.

Outras Normas Relevantes

Lei nº 12.737/2012 (Lei Carolina Dieckmann)

Tipificação de crimes informáticos → deveres de prevenção, resposta a incidentes e preservação de evidências

Lei nº 9.610/1998 (Lei de Direitos Autorais)

Regimes específicos de remoção e indisponibilização de conteúdo
→ exceções ao modelo do art. 19 do MCI

Decreto nº 10.222/2020 (e-Ciber)

Diretrizes nacionais de segurança cibernética → expectativas regulatórias sobre governança, resiliência e coordenação

Normas Setoriais e a Operação dos Provedores I

- **Regulação de Telecomunicações (ANATEL)**

Regras específicas para prestadoras de serviços → deveres de transparência, atendimento, guarda de informações e registros

- **Políticas Nacionais de Segurança da Informação e Cibernética**

(Decretos nº 9.637/2018 e nº 10.222/2020 – e-Ciber)

Expectativas diferenciadas de prevenção, resposta a incidentes e resiliência

- **Lei Geral de Proteção de Crianças (Lei 14.811/2024)**

Normas Setoriais e a Operação dos Provedores II

- Normas aplicáveis a setores atendidos pelo provedor (governo, educação, saúde, setor financeiro)
- Obrigações contratuais e regulatórias que se projetam sobre o provedor
- Padrões técnicos e boas práticas reconhecidas (CGI.br, ISO/IEC 27001, NIST)
- Referenciais de diligência técnica, governança e gestão de risco

Além das leis gerais, o provedor opera sob normas setoriais que variam conforme o serviço prestado e o setor atendido.

Na prática, são essas normas que moldam SLAs, controles técnicos, resposta a incidentes e critérios de diligência.

Convergências, sobreposições e lacunas

- Convergências:
 - proteção de direitos fundamentais
 - dever de segurança
- Sobreposições:
 - responsabilidade civil
 - deveres de resposta
- Lacunas:
 - zonas de indeterminação regulatória
 - insegurança jurídica para provedores

*O sistema não é incoerente, mas é **fragmentado**.*

Casos Práticos: A Teoria na Realidade

Situações recorrentes enfrentadas por provedores:

- incidentes de segurança da informação
- requisições de autoridades públicas
- demandas de titulares de dados
- ordens judiciais com escopo amplo

A resposta exige coordenação entre:

- jurídico
- técnico
- segurança
- governança

O art. 19 do MCI e o STF

- Questionamento do regime de responsabilidade:
 - necessidade de ordem judicial
 - alcance da proteção aos provedores
- Análise da constitucionalidade do modelo
- Debate sobre equilíbrio entre:
 - liberdade de expressão
 - proteção de direitos
 - responsabilização

*O STF foi chamado a decidir um **modelo de responsabilidade intermediária**.*

Repercussões da Decisão do STF

- Possível redefinição do papel dos provedores
- Impactos diretos em:
 - políticas internas
 - fluxos de resposta
 - gestão de risco jurídico
- Necessidade de maior precisão em ordens judiciais

*A decisão afeta **operações, contratos e compliance.***

Recomendações de Compliance e Governança

- Mapeamento claro de obrigações legais
- Definição de fluxos internos:
 - ordens judiciais
 - incidentes
 - atendimento a titulares
- Integração entre áreas:
 - jurídica
 - técnica
 - segurança
- Documentação e rastreabilidade

Governança reduz risco jurídico e operacional.



Conclusão

- A responsabilidade dos provedores é **multinormativa**.
- O desafio não é apenas cumprir leis isoladas.
- É **harmonizar exigências jurídicas com limites técnicos reais**
- O futuro da regulação exige diálogo entre direito, tecnologia e governança.

Perguntas?

Obrigada!



Contato: <https://www.linkedin.com/in/adrianacansian/>